

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**
**1. APRESENTAÇÃO**

Por meio deste Relatório de Administração, conforme determina a Lei 6.404/76, a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. – Badesc apresenta os resultados do seu desempenho organizacional, relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

**2. AMBIENTE MACROECONÔMICO**

No cenário macroeconômico, o Ministério do Planejamento observou uma recuperação econômica gradual e sustentável com um cenário propício para retomada do crescimento, apesar da forte recessão e instabilidade econômica e política. A redução da inflação e a redução da taxa de juro em patamares modestos já permitiram alguma recomposição do poder de compra dos salários, com efeitos positivos sobre a renda e as expectativas das famílias, assim a recuperação do investimento e do consumo será acompanhada pela retomada da expansão do crédito em 2017. Com relação a desemprego, a taxa nacional apresentou 11,9%, a maior desde que o IBGE começou a fazer essa pesquisa, em 2012. A inflação medida pelo INPC (IBGE) em 2016 acumulou 6,57%. As vendas no varejo também registraram desempenho negativo recuando 7,3%, assim como a produção industrial 6,6%, segundo dados do IBGE. Em Santa Catarina os números acompanharam o cenário nacional, porém em menor volume mostrando que a economia do Estado esteve mais resistente à crise do que a média nacional, resultado de

esforços conjuntos públicos/ privados.

**2.1. DESEMPENHO OPERACIONAL**

O total de caixa e equivalentes auferido em 2016 apresentou uma redução de 8,37% frente ao ano anterior, atingindo um patamar de R\$ 314,378 milhões. A carteira de operações de crédito no período totalizou R\$ 742,293 milhões, 11,41% maior que 2015. O setor público representou 26,24% do total da carteira, o setor privado 70,74% e o rural 3,02%. As operações de crédito contratadas em 2016 totalizaram R\$ 170,579 milhões, retração de 50,19% em relação a 2015, efeito do mercado recessivo. As contratações destinadas aos municípios representaram 55,30% e setor privado 44,70% do total. Apesar da diminuição geral, destaque para o Programa Badesc FACIL que propicia financiamentos de até R\$100 mil, com crescimento de 158% de 2015 para 2016 injetando R\$4,311 milhões na economia catarinense.

**2.2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

Em 2016 a receita intermediação financeira subiu de R\$ 132.520 milhões em 2015 para R\$ 154.794 milhões em 2016 representando elevação de 16,81%. Apesar do crescimento no volume de receita o resultado operacional caiu de R\$ 20.235 milhões em 2015 para R\$ 4,172 milhões de prejuízo em 2016. O resultado do exercício saiu de um lucro de R\$ 14.435 milhões em 2015 para um prejuízo

de R\$ 14,927 milhões em 2016. Os principais motivadores deste resultado foi o aumento do provisionamento para créditos de liquidação duvidosa e efeito do plano de demissão incentivada que elevou a despesa de pessoal. Considerando os resultados acumulados, o Patrimônio Líquido encerrou 2016 em R\$ 523,730 milhões, significando redução de 2,41% em relação a 2015.

Encerra-se o período com a liquidez corrente com 4,47 e geral com 2,07 demonstrando capacidade de honrar os compromissos em caso de solvência (direitos de curto e longo prazo maiores que o total dos passivos). O total do endividamento representa 48,12% do total do Passivo, com o perfil de vencimento de 23,60% nas contas em curto prazo, em sua maioria, obrigações de repasse ao BNDES, FINAME e FINEP.

**3. PROMOÇÃO SOCIAL E CULTURAL**

A Fundação Cultural BADESC foi criada através da Lei Estadual nº 13.438/2005, inaugurada em 2006, tendo como objetivo fomentar a cultura através de exposições de artes visuais, cinema, lançamentos de livros, programas de ações educativas, apoio cultural com investimentos financeiros através da lei Rouanet. Além disto, a Agência participa de eventos de entidades de classe e de outras organizações por intermédio de apoio institucional.

A diretoria

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**

(Em reais mil)

ATIVO	2016		2015		PASSIVO	2016		2015	
	Semestre	Exercício	Semestre	Exercício		Semestre	Exercício	Semestre	Exercício
<b>CIRCULANTE</b>	<b>512.038</b>	<b>535.379</b>	<b>512.038</b>	<b>535.379</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>114.636</b>	<b>101.555</b>	<b>114.636</b>	<b>101.555</b>
Disponibilidades	78	257	78	257	Obrigações por Repasses do País - Instit. Oficiais (nota 9)	86.675	69.871	86.675	69.871
Títulos e Valores Mobiliários (nota 4)	314.300	342.836	314.300	342.836	BNDES	61.676	48.636	61.676	48.636
Carteira Própria	314.300	342.836	314.300	342.836	FINAME	19.563	18.788	19.563	18.788
Operações de Crédito (nota 5)	188.972	185.833	188.972	185.833	Outras Instituições	5.436	2.447	5.436	2.447
Setor Público	99.816	97.154	99.816	97.154	Outras Obrigações	27.961	31.684	27.961	31.684
Setor Privado	112.833	99.650	112.833	99.650	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	22	88	22	88
(-)Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	(23.677)	(10.971)	(23.677)	(10.971)	Sociais e Estatutárias (nota 10)	764	14.387	764	14.387
Outros Créditos (nota 6)	2.786	2.321	2.786	2.321	Fiscais e Previdenciárias (nota 11)	7.700	3.593	7.700	3.593
Diversos	2.795	2.854	2.795	2.854	Diversas (nota 12)	19.475	13.616	19.475	13.616
(-) Provisão P/ Outros Créditos de Liquid. Duvidosa (nota 6.a)	(9)	(533)	(9)	(533)	<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>371.123</b>	<b>364.292</b>	<b>371.123</b>	<b>364.292</b>
Outros Valores e Bens	5.902	4.132	5.902	4.132	Obrigações por Repasses do País - Instit. Oficiais (nota 9)	364.382	355.629	364.382	355.629
Outros Valores e Bens (nota 7)	7.048	4.175	7.048	4.175	BNDES	238.009	244.154	238.009	244.154
(-) Provisões para Desvalorizações	(1.446)	(388)	(1.446)	(388)	FINAME	70.890	85.943	70.890	85.943
Despesas Antecipadas	300	345	300	345	Outras Instituições	55.483	25.532	55.483	25.532
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>494.889</b>	<b>464.243</b>	<b>494.889</b>	<b>464.243</b>	Outras Obrigações	6.741	8.663	6.741	8.663
Títulos e Valores Mobiliários (nota 4)	35.053	30.743	35.053	30.743	Diversas (nota 12)	6.741	8.663	6.741	8.663
Carteira Própria	35.053	30.743	35.053	30.743	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>523.730</b>	<b>536.654</b>	<b>523.730</b>	<b>536.654</b>
Operações de Crédito (nota 5)	454.778	426.591	454.778	426.591	Capital (nota 13)	530.205	530.205	530.205	530.205
Setor Público	95.233	66.203	95.233	66.203	De Domiciliados no País	530.205	530.205	530.205	530.205
Setor Privado	434.411	403.268	434.411	403.268	Reservas de Lucros	-	6.449	-	6.449
(-)Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	(74.866)	(42.880)	(74.866)	(42.880)	Prejuízos Acumulados	(6.475)	-	(6.475)	-
Outros Créditos (nota 6)	5.058	6.852	5.058	6.852	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>1.009.489</b>	<b>1.002.501</b>	<b>1.009.489</b>	<b>1.002.501</b>
Diversos	5.854	8.276	5.854	8.276					
(-) Provisão P/ Outros Créditos de Liquid. Duvidosa (nota 6.a)	(796)	(1.424)	(796)	(1.424)					
Outros Valores e Bens	-	57	-	57					
Despesas Antecipadas	-	57	-	57					
<b>PERMANENTE</b>	<b>2.562</b>	<b>2.879</b>	<b>2.562</b>	<b>2.879</b>					
Investimentos	108	108	108	108					
Outros Investimentos	4.225	4.225	4.225	4.225					
(-) Provisão para Perda	(4.117)	(4.117)	(4.117)	(4.117)					
Imobilizado de Uso (nota 8a)	2.454	2.771	2.454	2.771					
Imóveis de Uso	3.548	3.548	3.548	3.548					
Outras Imobilizações de Uso	4.236	4.273	4.236	4.273					
(-)Depreciações Acumuladas	(5.330)	(5.050)	(5.330)	(5.050)					
Intangível (nota 8a)	-	-	-	-					
Ativos Intangíveis	1.429	1.429	1.429	1.429					
(-)Amortização Acumulada	(1.429)	(1.429)	(1.429)	(1.429)					
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.009.489</b>	<b>1.002.501</b>	<b>1.009.489</b>	<b>1.002.501</b>					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em reais mil)**

	2016		2015	
	Semestre	Exercício	Semestre	Exercício
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>77.120</b>	<b>154.794</b>	<b>77.120</b>	<b>154.794</b>
Operações de crédito	52.754	105.819	52.754	105.819
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	24.366	48.975	24.366	48.975
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(52.400)</b>	<b>(93.363)</b>	<b>(52.400)</b>	<b>(93.363)</b>
Operações de empréstimos e repasses	(16.337)	(32.295)	(16.337)	(32.295)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(36.063)	(61.068)	(36.063)	(61.068)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>24.720</b>	<b>61.431</b>	<b>24.720</b>	<b>61.431</b>
<b>OUTRAS RECEITAS (DESPESAS OPERACIONAIS)</b>	<b>(41.312)</b>	<b>(65.603)</b>	<b>(41.312)</b>	<b>(65.603)</b>
Receitas de Prestação de Serviços	2.261	3.933	2.261	3.933
Despesas de Pessoal	(31.447)	(50.549)	(31.447)	(50.549)
Outras despesas administrativas	(7.119)	(11.751)	(7.119)	(11.751)
Despesas tributárias	(3.040)	(5.981)	(3.040)	(5.981)
Outras receitas operacionais	354	1.583	354	1.583
Outras despesas operacionais	(2.321)	(2.838)	(2.321)	(2.838)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>(16.592)</b>	<b>(4.172)</b>	<b>(16.592)</b>	<b>(4.172)</b>
<b>OUTRAS RECEITAS E (DESPESAS) NÃO OPERACIONAIS</b>	<b>1.169</b>	<b>1.074</b>	<b>1.169</b>	<b>1.074</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>(15.423)</b>	<b>(3.098)</b>	<b>(15.423)</b>	<b>(3.098)</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (nota 14)</b>	<b>(2.302)</b>	<b>(11.829)</b>	<b>(2.302)</b>	<b>(11.829)</b>
Provisão para imposto de renda	(1.240)	(6.528)	(1.240)	(6.528)
Provisão para contribuição social	(1.062)	(5.301)	(1.062)	(5.301)
<b>LUCRO LÍQUIDO(PREJUÍZO) DO SEMESTRE/ EXERCÍCIO</b>	<b>(17.725)</b>	<b>(14.927)</b>	<b>(17.725)</b>	<b>(14.927)</b>
<b>JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10.529</b>
Lucro(Prejuízo) por ação do semestre/ exercício	(0,0841)	(0,0708)	(0,0841)	0,0685

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em reais mil)**

Eventos	Capital realizado	Reservas de Lucros	Lucros (prejuízos) acumulados		Total
			Semestre	Exercício	
<b>Saldo do Início do Período em 01/01/2015</b>	<b>530.205</b>	<b>14</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>530.219</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	14.435	-	14.435
Destinações	-	-	-	-	-
- Reservas	-	6.435	(6.435)	-	-
- Juros sobre o capital próprio (Efeito Líquido) (nota 10.b)	-	-	(5.997)	(5.997)	(5.997)
- Dividendos Propostos	-	-	(2.003)	(2.003)	(2.003)
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>530.205</b>	<b>6.449</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>536.654</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>-</b>	<b>6.435</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.435</b>
<b>Saldo do Início do Período em 01/01/2016</b>	<b>530.205</b>	<b>6.449</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>536.654</b>
Prejuízo do exercício	-	-	(14.927)	(14.927)	(14.927)
<b>Reversões</b>	<b>-</b>	<b>(6.449)</b>	<b>6.449</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
- Reservas	-	(6.449)	6.449	-	-
- Dividendos Propostos no Exercício de 2015	-	-	2.003	2.003	2.003
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>530.205</b>	<b>-</b>	<b>(6.475)</b>	<b>-</b>	<b>523.730</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>-</b>	<b>(6.449)</b>	<b>(6.475)</b>	<b>-</b>	<b>(12.924)</b>
<b>Saldo do Início do Semestre em 01/07/2016</b>	<b>530.205</b>	<b>10.587</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>540.792</b>
Prejuízo do semestre	-	-	(17.725)	(17.725)	(17.725)
<b>Reversões</b>	<b>-</b>	<b>(10.587)</b>	<b>10.587</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
- Reservas	-	(10.587)	10.587	-	-
- Dividendos Provisionado no 1º Semestre de 2016	-	-	663	663	663
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>530.205</b>	<b>-</b>	<b>(6.475)</b>	<b>-</b>	<b>523.730</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>-</b>	<b>(10.587)</b>	<b>(6.475)</b>	<b>-</b>	<b>(17.062)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em reais mil)**

FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2016		2015	
	Semestre	Exercício	Semestre	Exercício
<b>Lucro Líquido (Prejuízo) do Semestre/Exercício</b>	<b>(17.725)</b>	<b>(14.927)</b>	<b>(17.725)</b>	<b>14.435</b>
Ajustes para reconciliar o resultado do semestre com recursos provenientes de atividades operacionais:				
Efeito do Juros Sobre o Capital Próprio na Demonstração de Resultado	-	-	-	(5.997)
Constituição (reversão) da Provisão para Risco de Crédito	36.066	62.286	19.325	19.325
Constituição (reversão) da Provisão para Contingências Trabalhistas e civeis	(188)	(652)	8.113	8.113
Constituição (reversão) da Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	-	1.058	(971)	(971)
Constituição (reversão) da Provisão para Outros Créditos	35	(1.152)	(1.174)	(1.174)
Constituição (reversão) da Provisão para IRPJ e CSLL	(9.526)	-	-	-
Depreciação/Amortização	162	355	428	428
<b>Lucro Líquido Ajustado</b>	<b>8.824</b>	<b>46.968</b>	<b>34.159</b>	<b>34.159</b>
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais:</b>				
Títulos e Valores Mobiliários	(2.241)	(4.310)	(30.743)	(30.743)
Operações de Crédito	(70.014)	(93.611)	45.421	45.421
Outros Créditos	799	2.480	5.615	5.615
Outros Valores e Bens	120	(2.772)	7.351	7.351
	(71.336)	(98.213)	27.644	27.644
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais:</b>				
Obrigações Sociais e Estatutárias	(1.073)	(11.618)	(10.020)	(10.020)
Outras Obrigações	17.265	8.629	(5.468)	(5.468)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**

(Em reais mil)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC surgiu no cenário catarinense sob a forma de Banco de Desenvolvimento, tendo como denominação social inicial "Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC", constituído na forma de sociedade anônima de economia mista, criado pela Lei nº 4.950, de 11 de novembro de 1973, e instalado oficialmente em 1º de agosto de 1975. A partir da Lei nº 10.912, de 15 de setembro de 1998, e através da ata do Conselho de Administração do dia 19 de janeiro de 1999, foi transformado em Agência de Fomento, passando a denominar-se **Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - Badesco**. Dentre os objetivos do Badesco, o seu Estatuto Social lhe confere a execução da política estadual de desenvolvimento econômico e o fomento das atividades produtivas, através de operações de crédito com recursos próprios e dos fundos institucionais, bem como por aqueles oriundos de repasses de agências financeiras nacionais e internacionais, através das seguintes ações:

- o desenvolvimento de programas de investimentos destinados à captação de recursos de agências nacionais e internacionais de desenvolvimento;
- financiamentos de projetos de implantação e/ou melhoria de atividades agropecuárias, industriais, comerciais e de serviços;
- atuação como agente financeiro, se assim designado pelo Gestor, do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina - Fadesc;
- atuação como agente financeiro do Programa Operacional do Fundo de Desenvolvimento dos Municípios - Badesco Cidades;
- financiamento de estudos e diagnósticos para implantação de complexos industriais;
- financiamento de estudos e diagnósticos para execução de obras e serviços de responsabilidade do setor público;
- formação de fundos específicos para atender a setores priorizados pelo governo, em especial às micro e pequenas empresas.

**2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC avaliou os eventos subsequentes até 10 de março de 2017, que é a data da aprovação das demonstrações contábeis pela Diretoria da empresa.

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável.

Estão sendo apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional.

A moeda funcional utilizada pela Agência BADESC é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis onde os valores são expressos em milhares de reais.

**3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**
**a. Apropriação de receitas e despesas**

A apuração do resultado é feita pelo regime de competência.

**b. Ativos e passivos circulante e a longo prazo**

A classificação em circulante e longo prazo, do realizável e do exigível, obedece ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional.

**c. Títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

**d. Imobilizado de uso**

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição. As depreciações dos bens do ativo imobilizado foram calculados pelo método linear, com base na vida útil e econômica estimada dos bens, conforme taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 8a.

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

**e. Ativo intangível**

O intangível é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização, que é calculada pelo método linear, com base na vida útil e econômica estimada dos bens, conforme taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 8a.

**f. Operações de crédito e as obrigações por repasses**

As operações de crédito e as obrigações por repasses estão ajustadas a valor presente, calculado "pro-rata temporis", até a data dos balanços, em conformidade com as taxas pactuadas contratualmente e normas específicas.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias são reconhecidas como receitas quando do seu efetivo recebimento, conforme determina o Banco Central do Brasil através do art. 9º da Resolução nº 2.682/99.

**g. Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está constituída de acordo com os critérios próprios da Instituição, estabelecidos na Resolução da Diretoria nº 07/16, de 19 de dezembro de 2016, e de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil - BACEN.

**h. Provisões para férias e décimo terceiro salário**

As provisões para férias e décimo terceiro salário são calculadas sobre a remuneração dos servidores de acordo com o tempo de serviço (período aquisitivo), e com os respectivos encargos sociais, atualizados até a data dos balanços.

**i. Provisão para imposto de renda e contribuição social**

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal, mais o adicional de 10% do que exceder a R\$ 240 mil/ano do resultado antes do IRPJ. A contribuição social foi calculada sobre o lucro ajustado antes do imposto de renda, na forma da legislação, à alíquota de 20%.

**j. Contribuições para o PIS/PASEP e COFINS**

As Contribuições para o PIS - PASEP foram calculadas à alíquota de 0,65%, observada a base de cálculo definida em Lei.

A Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, instituiu a cobrança da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS para as Instituições Financeiras, passando a incidir sobre os fatos geradores ocorridos a partir de fevereiro de 1999, à alíquota de 4% sobre a Receita Bruta ajustada na forma da Lei.

**k. Utilização de estimativas**

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis requer que a administração faça estimativas e suposições que afetam os valores apresentados nas demonstrações contábeis e nas notas explicativas às demonstrações contábeis. Os resultados efetivos poderão ser diferentes de tais estimativas.

**l. Caixa e equivalentes a caixa**

Caixa e equivalentes a caixa são representados por Disponibilidades, Títulos e Valores Mobiliários, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, que são utilizados pela Agência para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2016, o caixa e equivalentes a caixa estavam assim compostos:

	2016	2015
<b>Caixa e Equivalentes a Caixa</b>		
Depósitos Bancários	78	257
Cotas de Fundos de Investimentos	314.300	342.836
<b>Total</b>	<b>314.378</b>	<b>343.093</b>

**m. Demonstração dos Fluxos de Caixa**

A Resolução nº 3.604, de 29 de agosto de 2008, do Banco Central do Brasil instituiu a Demonstração dos Fluxos de Caixa, que é apresentada no método indireto.

**n. Redução ao valor recuperável de ativo**

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

**4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

	2016			2015		
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
Títulos Públicos Federais - LFTA	-	35.053	35.053	-	30.743	30.743
Cotas de fundo de investimento	314.300	-	314.300	342.836	-	342.836
	<b>314.300</b>	<b>35.053</b>	<b>349.353</b>	<b>342.836</b>	<b>30.743</b>	<b>373.579</b>

O montante de R\$ 35.053 correspondente a 4.150 títulos LFT's, código Selic 210.100, com vencimento em 01/09/2021, adquiridos junto ao Banco do Brasil S.A., com a finalidade de servir como fundo de liquidez conforme previsto na no artigo 6º da Resolução BACEN 2828, de 30 de março de 2001.

O montante de R\$ 314.300 em 2016 (342.836 em 2015) refere-se a investimento em fundo de investimento em que a Agência Badesco é a única cotista, cuja carteira é aplicada exclusivamente em títulos públicos federais, sendo a administração do fundo realizada pelo Banco do Brasil S.A.

**5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS**
**a. Operações de crédito**

	2016			2015		
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
Financiamentos - Setor Público	99.816	95.233	195.049	97.154	66.203	163.357
Financiamentos - Setor Privado	111.761	413.009	524.770	98.236	382.358	480.594
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1.072	21.402	22.474	1.414	20.910	22.324
	<b>212.649</b>	<b>529.644</b>	<b>742.293</b>	<b>196.804</b>	<b>469.471</b>	<b>666.275</b>

(-)Provisão para créditos de

liquidação duvidosa	(23.677)	(74.866)	(98.543)	(10.971)	(42.880)	(53.851)
Saldo de Financiamento						
Líquido da Provisão	188.972	454.778	643.750	185.833	426.591	612.424

**b. Outros créditos com característica de operações de crédito**

	2016			2015		
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
Devedores para compra de valores e bens	467	555	1.022	1.057	1.911	2.968
(-)Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9)	(11)	(20)	(532)	(706)	(1.238)
	<b>458</b>	<b>544</b>	<b>1.002</b>	<b>525</b>	<b>1.205</b>	<b>1.730</b>

A rubrica devedores por compra de valores e bens registra os valores a receber decorrentes da alienação a prazo de bens em leilão. Tais operações são apresentadas juntamente com as operações de crédito, em função do risco e da constituição de provisão em montante julgado suficiente para fazer face as perdas prováveis na realização dos referidos créditos. A referida rubrica compõe o subgrupo de outros créditos conforme apresentado acima.

**c. Classificação por tipo de operação**

	2016			2015		
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
Operações de crédito	212.649	529.644	742.293	196.804	469.471	666.275
Outras operações	467	555	1.022	1.057	1.911	2.968
	<b>213.116</b>	<b>530.199</b>	<b>743.315</b>	<b>197.861</b>	<b>471.382</b>	<b>669.243</b>

(-)Provisão para créditos de liquidação duvidosa

	(23.686)	(74.877)	(98.563)	(11.503)	(43.586)	(55.089)
	<b>189.430</b>	<b>455.322</b>	<b>644.752</b>	<b>186.358</b>	<b>427.796</b>	<b>614.154</b>

**d. Classificação por níveis de risco, prazos e provisão**

									2016		
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%
Curso normal											
• Até 180 dias	48.690	8.990	19.031	8.014	1.722	3.042	3.252	2.705	9.316	104.762	14,09
• De 181 a 360 dias	48.425	9.773	25.247	9.712	2.093	2.629	1.223	2.478	6.773	108.353	14,58
• Acima de 360 dias	112.436	50.029	199.599	68.743	12.028	13.002	12.087	1.137	44.208	513.269	69,05
Subtotal	209.551	68.792	243.877	86.469	15.843	18.673	16.562	6.320	60.297	726.384	97,72
Vencidas											
• De 15 Até 60 dias	-	31	255	203	121	823	139	1.446	1.869	4.887	0,66
• de 61 até 180 dias	-	-	-	8	91	1.224	21	3.167	3.130	7.641	1,03
• De 181 a 360 dias	-	-	-	-	-	511	-	-	3.665	4.176	0,56
• Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	227	227	0,03
Subtotal	-	31	255	211	212	2.558	160	4.613	8.891	16.931	2,28
Total	209.551	68.823	244.132	86.680	16.055	21.231	16.722	10.933	69.188	743.315	
%	28	9	33	12	2	3	2	2	9	100	
PROVISÃO	-	344	2.441	2.600	1.605	6.369	8.361	7.654	69.189	98.563	

									2015		
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%
Curso normal											
• Até 180 dias	61.398	10.935	18.252	10.447	958	971	230	1.964	6.133	111.288	16,63
• De 181 a 360 dias	36.934	11.360	19.609	11.434	919	962	186	897	4.273	86.574	12,94
• Acima de 360 dias	89.034	57.897	193.191	85.374	5.509	2.954	218	5.119	27.840	467.136	69,80
Subtotal	187.366	80.192	231.052	107.255	7.386	4.887	634	7.980	38.246	664.998	99,37
Vencidas											
• De 15 Até 60 dias	-	31	319	491	211	10	43	30	961	2.096	0,31
• de 61 até 180 dias	-	-	-	83	276	11	62	74	743	1.249	0,19
• De 181 a 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	900	900	0,13
Subtotal	-	31	319	574	487	21	105	104	2.604	4.245	0,63
Total	187.366	80.223	231.371	107.829	7.873	4.908	739	8.084	40.850	669.243	
%	28	12	35	16	1	1	0	1	6	100	
PROVISÃO	-	401	2.314	3.235	787	1.472	369	5.659	40.852	55.089	

**e. Composição por atividade econômica**

	Prazo de vencimento (em dias)					
	2016		2015		2015	
	Até 360	Acima 360	Total	Até 360	Acima 360	Total
Setor privado						
Indústria	60.467	225.081	285.548	51.546	206.514	258.060
Comércio	16.141	63.862	80.003	14.553	51.303	65.856
Outros serviços	35.620	124.621	160.241	33.194	126.452	159.646
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.072	21.402	22.474	1.414	20.910	22.324
	<b>113.300</b>	<b>434.966</b>	<b>548.266</b>	<b>100.707</b>	<b>405.179</b>	<b>505.886</b>
Setor público						
Administração direta municipal	99.816	95.233	195.049	97.154	66.203	163.357
Outros serviços - Serviço público municipal	-	-	-	-	-	-
	<b>99.816</b>	<b>95.233</b>	<b>195.049</b>	<b>97.154</b>	<b>66.203</b>	<b>163.357</b>
	<b>213.116</b>	<b>530.199</b>	<b>743.315</b>	<b>197.861</b>	<b>471.382</b>	<b>669.243</b>

**f. Composição por faixa de valor e nível de risco**

Operações	Composição por montante - 2016									
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Até R\$ 10.000	-	111	73	54	7	-	-	4	41	290
De R\$ 10.000 até R\$ 20.000	10	76	380	423	45	34	93	-	45	1.106
De R\$ 20.000 até R\$ 50.000	182	1.591	2.340	1.442	20	34	298	-	426	6.333
De R\$ 50.000 até R\$ 100.000	761	1.854	5.103	3.834	309	166	288	57	459	12.831
De R\$ 100.000 até R\$ 500.000										

### h. Movimentação da provisão para operações de crédito e para outros créditos com característica de operações de crédito

A provisão constituída na forma indicada na nota nº 5.g apresentou a seguinte movimentação no exercício:

	2016	2015
Provisão para operações de crédito		
Saldo inicial	75.514	51.668
Acréscimos/ (decréscimos) no período	36.065	10.273
Provisões Baixadas Como Prejuízo	(13.036)	(8.090)
<b>Total de provisão para operações de crédito</b>	<b>98.543</b>	<b>53.851</b>

Provisão para outros créditos com característica operação Crédito

	2016	2015
Saldo inicial	23	1.855
Acréscimos/ (decréscimos) no período	(3)	(617)
<b>Total de provisão para outros créditos</b>	<b>20</b>	<b>1.238</b>

**Provisão para operações de crédito e outros créditos-Saldo Final**

	2016	2015
	<b>98.563</b>	<b>55.089</b>
<b>Créditos lançados em prejuízo e recuperados</b>	<b>3.148</b>	<b>3.240</b>

O montante de créditos em prejuízo baixados contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa totalizou R\$ 222.897 em 2016 (R\$ 215.680 em 2015).

### 6. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	2016			2015		
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
Adiantamentos e antecipações	657	-	657	427	-	427
Devedores para depósito em garantia	-	5.299	5.299	-	6.365	6.365
Devedores para compra de valores e bens	467	555	1.022	1.057	1.911	2.968
Devedores diversos - País	1.671	-	1.671	450	-	450
Impostos e contribuições a compensar	-	-	-	920	-	920
	2.795	5.854	8.649	2.854	8.276	11.130

#### a. Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa

	2016			2015		
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa						
Com características de concessão de crédito	(9)	(11)	(20)	(532)	(706)	(1.238)
Sem características de concessão de crédito	-	(785)	(785)	-	(718)	(718)
	(9)	(796)	(805)	(532)	(1.424)	(1.956)

### 7. OUTROS VALORES E BENS

	2016			2015		
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
Bens não de uso próprio	7.048	-	7.048	4.124	-	4.124
Material em estoque	-	-	-	51	-	51
	7.048	-	7.048	4.175	-	4.175

### 8. IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

#### a. Composição

	Taxa anual depreciação	2016		2015	
		2016	2015	2016	2015
Edificações	4%	3.016	3.016	3.016	3.016
Móveis e equipamentos	10%	1.080	1.061	1.061	1.061
Equipamentos de comunicação	20%	9	8	8	8
Sistema de processamento de dados	20%	2.996	2.978	2.978	2.978
Sistema de transporte	20%	150	225	225	225
Terrenos		532	532	532	532
Direito de uso		1	1	1	1
		7.784	7.821	7.821	7.821
(-) Depreciações		(5.330)	(5.050)	(5.050)	(5.050)
Valor líquido		2.454	2.771	2.771	2.771

Intangível

	Taxa anual amortização	2016		2015	
		2016	2015	2016	2015
Sistema Sisbadesc		1.136	1.136	1.136	1.136
Direito de uso de softwares		293	293	293	293
		1.429	1.429	1.429	1.429
(-) Amortização Acumulada	20%	(1.429)	(1.429)	(1.429)	(1.429)
Valor líquido		0	0	0	0

Os itens de imobilizado são mensurados pelo seu custo histórico deduzido de depreciação acumulada e de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

No decorrer do exercício de 2016 a Administração efetuou revisão para se identificar evidências de perdas não recuperáveis nos bens do ativo imobilizado e do ativo intangível, testando o valor recuperável nos bens julgados relevantes, sendo que não identificou a necessidade do registro de impairment sobre esses ativos.

#### b. Movimentação no Período

Imobilizado	2016			
	Saldo exercício anterior	Adições no período	Baixas no período	Saldo em 31/12/2016
Imóveis de Uso	2.245	-	120	2.125
Instalações, móveis e equipamentos de uso	157	32	62	127
Outras imobilizações de uso	369	6	173	202
<b>Total</b>	<b>2.771</b>	<b>38</b>	<b>355</b>	<b>2.454</b>

Imobilizado	2015			
	Saldo exercício anterior	Adições no período	Baixas no período	Saldo em 31/12/2015
Imóveis de Uso	2.030	319	104	2.245
Instalações, móveis e equipamentos de uso	210	7	60	157
Outras imobilizações de uso	627	7	265	369
<b>Total</b>	<b>2.867</b>	<b>333</b>	<b>429</b>	<b>2.771</b>

Intangível	2016			
	Saldo exercício anterior	Adições no período	Baixas no período	Saldo em 31/12/2016
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-

Intangível	2015			
	Saldo exercício anterior	Adições no período	Baixas no período	Saldo em 31/12/2015
Outros ativos intangíveis	2	-	2	-

### 9. OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS – INSTITUIÇÕES OFICIAIS

Representam recursos oriundos de captações de Instituições Oficiais (BNDES, FINAME). Em Outras Instituições Oficiais, são apresentados repasses da FINEP, Fundo de Desenvolvimento Municipal – FDM e Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Catarinense – FADESC. Essas obrigações têm vencimentos mensais, exceto determinadas obrigações decorrentes de repasses para financiamentos rurais que têm vencimentos semestrais e anuais. Os encargos financeiros incidentes sobre obrigações por repasses são, nas operações pós-fixadas de 1,00% a.a. a 7,50% a.a., além das variações dos indexadores (TJLP, Dólar, Cesta de Moedas, SELIC, UPRD-P e UPF).

Os saldos estão sumariados da seguinte forma:

	2016				
	Até 3 Meses	De 3 a 12 meses	Total Circulante	Acima de 12 meses	Total Obrigações
BNDES	16.659	45.017	61.676	238.009	299.685
FINAME	5.093	14.470	19.563	70.890	90.453
FINEP	1.116	4.320	5.436	54.828	60.264
FDM	-	-	-	273	273
FADESC	-	-	-	382	382
<b>Total</b>	<b>22.868</b>	<b>63.807</b>	<b>86.675</b>	<b>364.382</b>	<b>451.057</b>

	2015				
	Até 3 Meses	De 3 a 12 meses	Total Circulante	Acima de 12 meses	Total Obrigações
BNDES	15.100	33.536	48.636	244.154	292.790
FINAME	4.764	14.024	18.788	85.943	104.731
FINEP	509	1.938	2.447	24.877	27.324
FDM	-	-	-	273	273
FADESC	-	-	-	382	382
<b>Total</b>	<b>20.373</b>	<b>49.498</b>	<b>69.871</b>	<b>355.629</b>	<b>425.500</b>

### 10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

	2016	2015
<b>Movimentação de saldo na conta Sociais e Estatutárias</b>		
(+) Saldo de valores provisionados em exercícios anteriores	14.387	24.408
(+) Valores creditados no exercício (valor dos juros descontados IRRF)	-	9.771
(+) Valores creditados no exercício (Dividendos)	-	2.004
(-) Valores de dividendos revertidos pela Assembleia Geral	(2.004)	-
(-) Valores pagos no exercício	(11.619)	(21.796)
Saldo ao final do exercício	764	14.387

#### b. Exclusão do efeito dos juros na Demonstração de Resultados

O valor de R\$ 10.529 em 2015 creditado a título de juros sobre o capital próprio, deduzidos da economia tributária gerada no valor de R\$ 4.532 em 2015 foi ajustado no resultado do período, excluindo-se assim os seus efeitos na apresentação da Demonstração do Resultado conforme estabelecido pela Circular nº 2.739/97, do Banco Central do Brasil.

### 11. OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	2016			2015		
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
Impostos e Contribuições Sobre o Lucro a Pagar	4.601	-	4.601	227	-	227
Impostos e Contribuições a Recolher	3.099	-	3.099	3.366	-	3.366
<b>Total</b>	<b>7.700</b>	<b>-</b>	<b>7.700</b>	<b>3.593</b>	<b>-</b>	<b>3.593</b>

### 12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2016			2015		
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
DIVERSAS						
Provisão para pagamentos a efetuar	14.602	-	14.602	4.313	-	4.313
Provisão para passivos contingentes	3.043	6.741	9.784	3.812	8.663	12.475
Cretores Diversos - País	1.830	-	1.830	5.491	-	5.491
<b>Total</b>	<b>19.475</b>	<b>6.741</b>	<b>26.216</b>	<b>13.616</b>	<b>8.663</b>	<b>22.279</b>

#### a. Provisão para Pagamentos a Efetuar

No decorrer do 2º semestre de 2016 a administração abriu um Plano de Demissão Voluntária Incentivada (PDVI) com vistas à redução dos custos da folha de pagamento a médio prazo.

O prazo para adesão dos empregados foi finalizado em 13 de outubro de 2016. O custo para a execução do plano de demissão dos empregados que aderiram totalizou R\$ 10.209, sendo que o saldo a pagar em 31/12/2016 totalizou R\$ 10.109.

#### b. Provisão para Passivos Contingentes Classificados Como Perdas Prováveis

As contingências trabalhistas, cujo montante corresponde a R\$ 6.331 em 2016 (R\$ 3.812 em 2015) são provisionadas em valores estimados suficientes para fazer face à probabilidade de perda nos processos em andamento.

As contingências de outras naturezas, cuja probabilidade de perda foi julgada provável pelos assessores jurídicos da Instituição, correspondem ao montante de R\$ 3.453 em 2016 (R\$ 3.331 em 2015).

#### c. Passivos Contingentes Classificados como Perdas Possíveis

As contingências trabalhistas cuja probabilidade de perda foram julgadas possíveis pelos assessores jurídicos, alcançaram o montante de R\$ 593 em 2016 (R\$ 677 em 2015).

As contingências de outras naturezas, cuja probabilidade de perda foi julgada possível pelos assessores jurídicos da Instituição, correspondem ao montante de R\$ 3.770 em 2016 (R\$ 3.807 em 2015).

### 13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### Capital social

O capital social subscrito é de R\$ 530.205 em 2016 (R\$ 530.205 em 2015), totalmente integralizado, representado por 210.753 ações ordinárias nominativas em 2016 (210.753 em 2015), sem valor nominal, assim distribuídas:

	Milhares de ações	
	Qtde. Ações	Percentual
Cia. Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - CODESC	101.129	47,98%
Estado de Santa Catarina	109.209	51,82%
Prefeitura Municipal de Blumenau	31	0,01%
Prefeitura Municipal de Canoinhas	26	0,01%
Prefeitura Municipal de Criciúma	17	0,01%
Prefeitura Municipal de Videira	19	0,01%
Outros	322	0,16%
	210.753	100,00%

### 14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

#### a. Esta rubrica esta representada pelos seguintes valores, conforme estabelecidos na nota 3.i:

	2016	2015
<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>(3.098)</b>	<b>25.541</b>
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações</b>		
Reversão de Provisão IRPJ a maior 1º semestre 2015	-	(13)
Juros Sobre o Capital Próprio	-	(10.529)
<b>(+/-) Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos</b>		
<b>Diferenças Temporárias</b>	<b>27.927</b>	<b>(160)</b>
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	61.134	22.851
Outras provisões	(2.931)	(485)
Perdas no recebimento de créditos	(30.276)	(22.526)
<b>Diferenças Permanentes</b>	<b>1.694</b>	<b>1.266</b>
Despesas não dedutíveis	1.694	1.266
<b>Base de Cálculo do IRPJ</b>	<b>26.523</b>	<b>16.105</b>
Imposto de renda à alíquota de 15%	3.978	2.416
Imposto de renda à alíquota adicional de 10%	2.628	1.587
(-)Compensações de Incentivos	(78)	(155)
<b>Total do IRPJ</b>	<b>6.528</b>	<b>3.847</b>
Base de Cálculo da IRPJ	26.523	16.105
(-)Despesas dedutíveis da base de cálculo da CSLL	(16)	-
<b>Base de Cálculo da CSLL</b>	<b>26.507</b>	<b>16.105</b>
<b>Total da CSLL</b>	<b>5.301</b>	<b>2.714</b>

\*alíquota efetiva da CSLL 2015 de 16,85%, conforme critérios estabelecidos pela Instrução Normativa RFB nº 1591/2015

	2016	2015
<b>DISCRIMINAÇÃO</b>		
a. Imposto de Renda e Contribuição Social - DRE	-	11.106
b. Imposto de Renda e Contribuição Social - Lucro Real	-	6.561
<b>Efeito Tributário do Pagamento dos Juros Sobre o Capital (a-b)</b>	<b>-</b>	<b>4.545</b>

**15. SEGUROS**

A Instituição objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

**16. PARTES RELACIONADAS**

Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. – BADESC, é uma sociedade de economia mista controlada pelo Estado de Santa Catarina e Cia. de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – CODESC, conforme demonstrado na nota 13.

A Fundação Cultural BADESC foi criada pela lei estadual nº 13.438 de 15 de julho de 2005 sendo essa vinculada ao BADESC. Constitui receita da Fundação 6% do lucro líquido da Agência, conforme estabelecido no inciso X do artigo terceiro da referida Lei.

Os valores atribuídos às partes relacionadas estão abaixo descritos:

Parte Relacionada	Natureza da Operação	2016		2015	
		Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Estado de Santa Catarina	Funcionários Adidos	(44)	(370)	(75)	(722)
	Funcionários Cedidos	31	66	20	47
	Juros sobre o Capital Próprio	-	-	(7.325)	(5.456)
CODESC	Juros sobre o Capital Próprio	-	-	(4.294)	(4.294)

A remuneração dos administradores no segundo semestre, incluindo os respectivos encargos sociais totalizou R\$ 792 em 2016 (R\$ 560 em 2015).

**17. CAPITAL REGULAMENTAR**
**a. Patrimônio de Referência e Índice Basileia**

Os limites operacionais da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. – BADESC foram apurados segundo os critérios estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e Banco Central do Brasil – BACEN, através das Resoluções nº 4.192/2013 que dispõe sobre a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência (PR) e nº 4.193/2013 que dispõe sobre apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e institui o Adicional de Capital Principal. Abaixo segue quadro demonstrativo dos limites, conforme regulamentação em vigor:

	2016	2015
<b>1- PR - PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (Situação)</b>	<b>256.730</b>	<b>140.641</b>
Nível I	523.730	530.641
Patrimônio Líquido	523.730	530.641
Nível II	-	-
<b>Deduções do Patrimônio de Referência</b>	<b>(267.000)</b>	<b>(390.000)</b>
Destaque para Operações com o Setor Público	(267.000)	(390.000)
<b>2- ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO - RWA</b>	<b>782.756</b>	<b>694.558</b>
RWA para Risco de Crédito	609.171	544.327
RWA para Risco Operacional	173.585	150.231
<b>3- PR MÍNIMO PARA COBERTURA DOS ATIVOS PONDE-</b>		
<b>RADOS PELO RISCO - RWA</b> (9,875% DE 2(11% em 2015))	<b>77.297</b>	<b>76.401</b>
Parcela de Risco de Crédito (PEPR)	60.156	59.876
Parcela de Risco Operacional (POPR)	17.141	16.525
<b>4- MARGEM PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (1-3)</b>	<b>179.433</b>	<b>64.240</b>
<b>ÍNDICE DE BASILÉIA (PR X 100) / (PRE /0,09875)</b>	<b>32,80%</b>	<b>20,25%</b>
<b>5- RBAN</b>	<b>3.053</b>	<b>2.893</b>
<b>6- MARGEM PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA + RBAN (4-5)</b>	<b>176.380</b>	<b>61.347</b>
<b>ÍNDICE BASILÉIA AMPLO (Inclui RBAN)</b>	<b>31,55%</b>	<b>19,51%</b>

**b. Limite de Imobilização**

	2016	2015
<b>1- PR - PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (Situação)</b>	<b>256.730</b>	<b>140.641</b>
<b>2- LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO (50% de 1)</b>	<b>128.365</b>	<b>70.321</b>
<b>3- SITUAÇÃO</b>	<b>2.562</b>	<b>2.879</b>
<b>4- MARGEM PARA IMOBILIZAÇÃO (2-3)</b>	<b>125.803</b>	<b>67.442</b>
<b>ÍNDICE DE IMOBILIZAÇÃO</b>	<b>2,00%</b>	<b>2,05%</b>

**18. GESTÃO DE RISCOS E LAVAGEM DE DINHEIRO**
**a. Risco de Mercado**

É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição. A metodologia utilizada para alocação de capital desse risco é o V@R (Value at Risk – Valor em Risco). A Agência acompanhou dia a dia o V@R

das carteiras de aplicação, tanto financeiras quanto de aplicação em operações, monitorando por meio de indicadores sua exposição aos riscos externos. O V@R não ultrapassou o limite definido pela Diretoria Colegiada de 3% da carteira de crédito da Agência.

**b. Risco Operacional**

Define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Na gestão do Risco Operacional são identificados e avaliados os riscos operacionais, buscando mitigar suas causas e minimizar as consequências financeiras, considerando os processos, pessoas, sistemas e eventos externos. Pela sua característica, a Badesc utiliza a abordagem do indicador básico (*Basic Indicator Approach*, BIA) para o cálculo da parcela de risco operacional (RWA\_opad).

**c. Risco de Crédito**

Decorre da possibilidade de ocorrência de perdas em função de um tomador de recursos deixar de cumprir suas obrigações financeiras nos termos pactuados. A Agência avalia e monitora mensalmente a classificação de risco da carteira de operações de crédito por meio de avaliação da perda (esperada e efetiva) com o nível de provisionamento contábil por conta do risco de cada operação. São gerados, em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682, relatórios que indicam o risco por faixa de classificação, avaliando-se os impactos potenciais para subsidiar a política de crédito da Agência. As parcelas referentes às exposições a risco de crédito, ponderadas pelos fatores de risco, estão refletidas no valor do RWA\_cpap.

**d. Risco de Liquidez**

Atendendo aos termos da Resolução Bacen 4.090/2012, a Agência possui políticas e estratégias de gerenciamento do risco de liquidez, entendido este como o descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos e seus reflexos sobre a capacidade financeira da instituição em obter recursos e honrar suas obrigações observando diferentes cenários que possam alterar a disponibilidade/custos de recursos no mercado financeiro e afetar suas operações diárias sem incorrer em perdas significativas. São acompanhados de índices de liquidez, com monitoramento de fluxo de caixa e diversificação de fontes e prazos, visando dar maior segurança às finanças da Instituição.

**e. Risco Socioambiental**

Atendendo a Resolução Bacen 4.327/2014, a Agência instituiu e normatizou sua Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), na qual formalizou os princípios e diretrizes fundamentais para a implementação, incorporação e desenvolvimento de práticas sustentáveis para a atuação nos seus negócios e na sua relação com clientes, colaboradores e demais pessoas impactadas por suas atividades. De acordo com essa PRSA, a atuação será norteada pelo conceito de desenvolvimento que inclua as dimensões econômica, social e ambiental, bem como pelo respeito aos direitos humanos e fundamentais da pessoa humana.

**f. Gerenciamento de Capital**

O gerenciamento de capital da Agência tem o objetivo de assegurar o capital necessário para suportar suas operações, a otimização da relação risco x retorno da instituição e a realização de um planejamento da adequação do seu capital. Mensalmente os indicadores de gestão de capital são monitorados por meio dos riscos cobertos pelo PRE – Patrimônio de Referência Exigido e o seu Planejamento Estratégico.

**g. Prevenção aos Crimes de Lavagem de Dinheiro**

A Agência possui em sua estrutura área específica para tratar da prevenção ao crime de lavagem de dinheiro. O Colav – Comitê de Prevenção à Lavagem de Dinheiro proporciona um importante avanço nas definições de políticas para conhecimento dos clientes e dos empregados, base das atividades de prevenção. Com a estruturação da Prevenção ao Crime de Lavagem de Dinheiro - PLD estabelecida pelo Banco Central do Brasil - Bacen e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, a Agência aumentou os controles sobre as práticas destes crimes informatizando relatórios e automatizando procedimentos de comunicação.

A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento de Riscos da Badesc e seus normativos encontram-se disponíveis na Gerência de Controle Interno e Riscos – GECOR, localizada na sede da Instituição.

**ADMINISTRAÇÃO**
**Conselho de Administração**

Presidente: **Antônio Marcos Gavazzoni**  
 Vice-presidente: **José Claudio Caramori**  
 Conselheiro: **Carlos Alberto Chiodini**  
 Conselheiro: **Miguel Ximenes de Melo Filho**  
 Conselheiro (\*): **José Antônio de Mattos Neto**

**Conselho Fiscal**

Conselheiro: **Emerson Antunes**  
 Conselheiro: **Flávio Ervino Schuhmacher**  
 Conselheiro (\*): **Gil Roberto Morais**

(\*) representantes dos acionistas minoritários

**Diretoria Executiva**

Diretor-Presidente: **José Claudio Caramori**  
 Desenv. de Negócios: **Justiniano Francisco C. de Almeida Pedroso**  
 Diretor de Operações: **João Carlos Grand**  
 Diretor Administrativo e Financeiro: **Olivio Karasek Rocha**

**Responsável Técnico**

**Amauri Evaldo Nau**  
 Contador / CRC-SC 022.767/O-1  
 CPF 445.216.779-91

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

AOS ADMINISTRADORES DA AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. – BADESC FLORIANÓPOLIS – SC

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. – BADESC, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. – BADESC em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. – BADESC, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase – Plano de Demissão Voluntária Incentivada (PDVI)**

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 12, letra "a", de que no decorrer do 2º semestre de 2016 a administração abriu um Plano de Demissão Voluntária Incentivada (PDVI) com vistas a redução dos custos da folha de pagamento a médio prazo. O prazo para adesão dos empregados foi finalizado em 13 de outubro de 2016. O custo para a execução do plano de demissão dos empregados que aderiram totalizou R\$ 10.209 mil, sendo que o saldo a pagar em 31/12/2016 totalizou R\$ 10.109 mil. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. – BADESC é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. – BADESC continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. – BADESC ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. – BADESC são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao

longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. – BADESC.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. – BADESC. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. – BADESC a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 10 de março de 2017.

UHY MOREIRA – AUDITORES  
 CRC RS 3717 S SC

HERALDO S.S. DE BARCELLOS  
 Contador CRC RS 11609 S SC  
 CNAI Nº 43  
 Responsável Técnico